

Vol. 18, número 2, jul-dez, 2025, pág. 705-720

**A função orientadora da universidade e fatores intervenientes no rendimento acadêmico no ensino superior do Amazonas (Brasil)**

**The guiding function of the university and factors intervening in academic performance in higher education in Amazonas (Brazil)**

**Zilmar da Cunha Galdino<sup>1</sup>**

**Suely A. do N. Mascarenhas<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este texto versa sobre a expansão do ensino superior e a necessidade de se ampliar medidas adequadas aos novos paradigmas face sua implicação quanto ao ingresso e permanência de estudantes que não tinham acesso a esse nível de ensino, avaliou-se a função orientadora da Universidade e suas ações para atender questões específicas, na promoção de mecanismos de inclusão diante as condições desfavoráveis dos estudantes no âmbito social e econômico. Para execução do objetivo proposto utilizamos dos dados empíricos de pesquisas realizadas no Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional, Histórico Cultural e Social de Amazônia - LAPESAM, em relatórios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e dissertação de mestrado (GALDINO, 2013) e em autores que embasam a temática. Foi possível compreender em síntese que a função Orientadora da Universidade em seus aspectos gerais está institucionalizada, estas ações são recebidas pelos estudantes por parte dos docentes, dos coordenadores de curso, chefes de departamentos. As informações que se depreendem da oferta destas ações são importantes, pois mostram os fatores intervenientes que as originam e assumem papel relevante na vida acadêmica.

---

<sup>1</sup> Pedagoga com habilitação em Orientação e Supervisão Educacional; Especialista em Gestão de Projetos Educacionais; Mestra em Educação na área de Política e Gestão Educacional; Professora DE da Universidade Federal do Amazonas – FACED/UFAM. E-mail: zilmargaldino@ufam.com.br

<sup>2</sup> Pedagoga UNIR, Brasil, 1987, Doutorado em Psicopedagogia, Universidade da Corunha, Espanha, 2004, Docente titular, Universidade Federal do Amazonas, atuando na graduação e pós-graduação. E-mail: suelyanm@ufam.edu.br



**Palavras-chave:** função orientadora; ensino superior; ingresso e permanência, Amazonas (Brasil)

## ABSTRACT

This text deals with the expansion of higher education and the need to expand measures appropriate to the new paradigms, given their implications for the admission and retention of students who did not have access to this level of education. The guiding function of the university and its actions to address specific issues were evaluated, in the promotion of inclusion mechanisms in view of the unfavorable conditions of students in the social and economic sphere. To achieve the proposed objective, we used empirical data from research carried out at the laboratory of psychopedagogical, educational, historical, cultural and social assessment of the amazon - LAPESAM, in reports from the institutional program of scientific initiation scholarships - PIBIC and a master's dissertation (GALDINO, 2013) and in authors who support the theme. It was possible to understand in summary that the guiding function of the university in its general aspects is institutionalized, these actions are received by students from professors, course coordinators, and department heads. The information that can be inferred from the provision of these actions is important, as it shows the intervening factors that give rise to them and assume a relevant role in academic life.

**Keywords:** guiding function; higher education; admission and permanence; Amazonas, Brazil.

Este texto objetiva apresentar algumas questões sobre a institucionalização da função orientadora da Universidade frente aos fatores intervenientes do rendimento acadêmico em Instituições de Ensino Superior do Amazonas e sua importância diante a execução das políticas de expansão do ensino superior, pois há necessidade de se dialogar sobre como essa formação está se efetivando, assim como os seus reflexos no desenvolvimento humano e social desse contexto.

Reconhecemos que a expansão do ensino superior alcançou parcelas da população que antes não tinham acesso, no entanto, com as mudanças, evidencia-se a necessidade de ações diferenciadas que lhes assegure o direito à formação efetiva

em oposição ao caráter reprodutor de modelos que vêm sendo transplantados e adaptados às realidades locais.

Dialogar sobre educação para o desenvolvimento, em uma realidade como a amazônica, tão complexa, diversa e marcada por tantos desníveis não é uma tarefa fácil de empreender, há que se ter a compreensão do próprio contexto, em que, entre outros, se imbricam cultura, educação e desenvolvimento, tendo em vista que a prática de determinada ação educativa, emerge da compreensão que se tem da própria realidade social em que está inserida, e conseqüentemente dos meios pelos quais orienta e constrói seus resultados intencionalmente.

A partir dos questionamentos apresentados, defendemos que a expansão do ensino superior, desvelou problemática antiga, pois deu visibilidade a defasagem histórica entre ensino e o desenvolvimento dentro das condições quantitativas, refletida na expansão tardia e no insipiente número de vagas, principalmente nas universidades públicas, assim como, nas condições estruturais que demandam maiores investimentos em recursos humanos, formação continuada, recursos didáticos, pedagógicos, estrutura física, materiais e insumos tecnológicos, entre outros.

Porém, apesar de entendermos que essas demandas são reais e muito pertinentes, acreditamos que se necessita, não só equalizar tais questões, mas também efetivar ações mais específicas na gestão, administrativa e pedagógica, por isso neste texto objetivou-se avaliar a institucionalização da função orientadora diante as necessidades acadêmicas dos estudantes na graduação, pois ao reconhecermos que determinados fatores intrínsecos ao contexto em que estão inseridos influenciam nos processos de ensino e na consecução dos objetivos de aprendizagem, entendemos que estes fatores revelam condicionantes nas mais perversas formas e se perpetuam ao longo dos anos.

Observamos que o não reconhecimento desses fatos escamoteia a real capacidade e potencial criativo e criam obstáculos para avançarmos na busca de construção de uma verdadeira proposta diferenciada e consubstanciada que gere resultados reais e propulsores de melhorias para o desenvolvimento no âmbito humano e social dessa região.



Como se trata de tema de grande amplitude e complexidade, não se tem a pretensão de abordar todos os aspectos relacionados à problemática em debate. Mas partimos da premissa de que, para se discutir Universidade, expansão do ensino em contexto diferenciado para o desenvolvimento no âmbito humano e social, necessita não perder de vista seus propósitos e seus condicionantes, assim é que pontuamos nossa visão crítica e fundamentada na herança histórica.

As ações de pesquisa que induziram à realização deste ensaio estão diretamente relacionadas à nossa participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no Ensino Superior. Tais vivências têm propiciado o levantamento de referencial teórico, assim como sua relevância para se estudar a avaliação da função orientadora e os fatores intervenientes no rendimento acadêmico. Para execução do objetivo proposto utilizamo-nos dos dados empíricos de pesquisas realizada no Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional, Histórico Cultural e Social de Amazônia - LAPESAM, em relatórios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e dissertação de mestrado (Galdino, 2013) e em autores que embasam a temática.

Portanto com esse texto esperamos contribuir de modo a desvelar questões que contribuam com a formação cidadã e no aperfeiçoamento e melhoria permanente que orientem os resultados de modo que se revistam em melhorias qualitativas ancoradas nos princípios de liberdade acadêmica e autonomia institucional.

## **ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONJUNTURAIS**

Os problemas que se apresentam para a prática educativa, neste estudo são investigados, analisados e compreendidos à luz de fundamentação teórica ancorada à perspectiva histórico-dialética, pois é em seus princípios que procuramos nortear a discussão dos fatores preponderantes acerca da temática. Para melhor entendimento desta situação procuramos embasamento na História da Educação Brasileira, através de estudos que explicitam como as políticas públicas para o ensino superior foram desenvolvidas e vinculadas aos interesses políticos e econômicos de cada contexto governamental vigente. (Orso, 2007)

O processo de expansão pelo qual passa a universidade pública brasileira põe em evidência, antiga, mas nem por isso, desatualizada discussão, acerca dos desafios de se encurtar a distância entre o que é propagado e o que é realizado para garantir condições de se efetivar os objetivos professados, mas, tão desmentidos na prática, em que, metas planejada fazem parte de um ideário pouco concretizado e com não muito resultados alcançados. (Sguissardi, 2009).

A expansão para o acesso deve vir acompanhada de um processo onde se favoreça a produção de conhecimentos que contribua com as mudanças na estrutura social e produtiva, capacitando nossos recursos humanos com eficácia científica e tecnológica, mas, acima de tudo, contribua com a superação da consciência ingênua, modalidade ideológica da estagnação histórica. Nas palavras de Ribeiro (1982, p. 12): “A consciência ingênua... se caracteriza pela resignação com seu atraso e sua pobreza, porque só é capaz de percebê-los como naturais e necessários”.

Assim, entendemos que não se pode pensar em expansão do ensino superior público, especialmente, em contextos específicos, como é o caso da região Amazônica, somente sob o discurso da ampliação de vagas, indiferente à realidade sócia histórica. Não se pode continuar reproduzindo uma política educacional eivada de práticas pedagógicas tradicionais e discriminadoras, em que se predomina uma concepção elitista, baseada no “vence o melhor” e “vire-se como puder”, com o predomínio de aulas expositivas e utilização insipiente de recursos tecnológicos; poucas inovações no currículo, assim como nas metodologias de ensino e nas estratégias de avaliação.

No enfoque dialético, segundo a perspectiva da pedagogia histórica crítica “a educação é entendida como o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2007, p. 420).

Na região amazônica é importante vincular a educação formal nas questões que dizem respeito à dificuldade de acesso, a permanência do estudante, o grande índice de retenção e a pouca qualidade de ensino ao não atendimento legal e na usurpação dos direitos humanos, junto aos preceitos constitucionais (Artigo 206, C. F. 1988). Nesse sentido, a formação orientada tal qual observam (Candau et al, 2013, p. 46) para a valorização da educação em direitos humanos na plena participação da

prática social deve contribuir “na construção da democracia, especialmente nas sociedades atuais tão marcadas pela exclusão e pelas violações sistemáticas dos direitos fundamentais dos indivíduos e dos grupos, pela permanência das desigualdades, preconceitos e discriminações”.

Essas observações nos levam a tecer considerações acerca do ensino superior e da Orientação<sup>2</sup> sinalizando para a confluência de interesses que destacam dentro da universidade a necessidade de ampliação de mecanismos que ajudem a viabilizar na formação a valorização para as demandas da prática social visando o crescimento humano no âmbito profissional e pessoal, estes, vistos de forma integrada, não dicotômica, mas intrínseca ao desenvolvimento da pessoa.

Atuar em termos profissionais e institucionais por mudanças na concepção das políticas educacionais que vem sendo transplantadas e adaptadas às realidades locais de cima para baixo. Potencializar os processos de luta, gerados nos embates de caráter antagônico da sociedade de classes que tem nos interesses contrários sua resistência, a oposição desta àquela se mostra na recusa que ao se estabelecer promove a abertura para o caminho reverso ao total imobilismo.

Então, são nesses pequenos espaços forjados na resistência é que se propõem mudanças na formação, na perspectiva de promoção das potencialidades da pessoa em seu contexto social, pessoal, profissional e político. Contudo, para continuar a acreditar que podem ser viabilizadas ações na Universidade para efetivar a democratização do acesso e garantir melhores condições nos serviços prestados não adianta se discutir apenas os índices quantitativos sem se considerar sua importância social e crer que os problemas que a envolvem são meramente instrumentais e metodológicos e sim que são de “várias ordens – de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade” (Sguissardi, 2009, p. 18).

Diante tão complexa empreitada o autor citado enfatiza que ser utópico não é ser ingênuo frente aos apelos de uma política educacional guiada pelos ditames econômicos e pelas regras do mercado, mas que “entretanto, essa utopia não deverá ser diferente de outras utopias históricas pelas quais sempre valeu a pena lutar. Sem

---

<sup>2</sup>Neste estudo, denominamos de Orientação as ações realizadas sistematicamente que podem ser ofertadas no âmbito do ensino superior para auxiliar processos junto a gestão, docentes e discentes em suas necessidades no decorrer da vida acadêmica. Uma “atividade cujo produto final concebe um indivíduo capaz de tomar decisões maduras, racionais e responsáveis” (GOLDBERG, 1969, p. 94).

elas, quem nos garante que a “barbárie” não seria maior ou que teria sido evitada?” (Idem, p. 36).

Em nome do direito de todos há o discurso da igualdade, mas uma igualdade como descreve Candau, (2012), “concebida como um processo de uniformização, homogeneização, padronização, orientado à afirmação de uma cultura comum a que todos(as) têm direito a ter acesso”, assim na maioria das vezes realiza-se uma formação alienadora e preconceituosa.

No estado do Amazonas há um dito popular que ilustra tais situações: “*Curumim/Cunhantã, estuda pra ser gente, ou vai querer ser igual a esse povo daqui, um Zé ninguém?*”. Grande parte das escolas ribeirinhas ensina conteúdos descontextualizados em salas multisseriadas por professores marginalizados, alijados de direitos, com pouca oportunidade de formação, muitos não compreendem mais internalizam e reproduzem discursos preconceituosos desse processo degradante de educação a que estão submetidos. Essas escolas dispõem de quase nenhum recurso físico e material didático para a prática pedagógica.

Em sua grande maioria são escolas pouco atraentes para a maioria das crianças que não conhecem “outro mundo” além do “seu lago, ou do seu rio”. Não vem sentido em ficar em uma sala de aula sem saber direito por qual razão e para quê, em suas visões de mundo, melhor seria nadar, pescar, brincar, mas há sempre alguém a repetir “*Curumim/Cunhantã...*” Algumas destas crianças, agora adultos, “sobreviventes” dessa educação não problematizada, tem agora com o Programa de Expansão a oportunidade de cursar o ensino superior, mas ao adentrarem e conseguirem permanecer nesse processo formal, após sua conclusão, não mais voltam às suas comunidades e se afastam para sempre desse cenário.

Então, neste ciclo vicioso de formação alienada adentram na universidade, são jovens e adultos matriculados em busca de um diploma, assistindo aulas expositivas, em cursos nos quais nem gostariam de estar, ouvindo alguém falar à frente de um quadro branco, quase sempre coisas que não lhes fazem sentido, sem vontade, mas precisam estar ali, pois procuram uma oportunidade, mesmo sem saber ao certo qual, mas na dúvida e, na falta de melhor opção seguem se aventurando, alguns nem sabem se conseguirão continuar a estudar. Primeiro a euforia, depois a desmotivação.

Nesse sentido é que defendemos o direito de homens e mulheres desde a infância à idade adulta ao “acesso ao direito de conhecer seus direitos” e também seus deveres como condição de cidadania e soberania. Se nem mesmo há o conhecimento de quais são os direitos, imagina saber exigir que sejam respeitados. Daí a importância da Orientação educativa para favorecer práticas emancipatórias para autonomia, consciência de soberania da pessoa natural, pois neste contexto é necessário conhecer para atuar com firmeza, para resistir e existir.

Nesse cenário de complexidades postas muitos estudantes desistem, ou não conseguem manter-se periodizados dentro do cronograma regular do curso, pois seguem envoltos em conflitos pessoais e sociais. Cursos que tem prazo de quatro anos terminaram formando cinco de uma turma inicial de cinquenta estudantes. O ensino superior chegou, porém ainda não se sabe quando e como poderão ser elucidados os condicionantes aos quais se faz referência nesta pequena ilustração para que se possam ver refletidos ações concretas na prática social deste contexto regional.

No âmbito do ensino superior os estudos realizados por Goldberg (1969); Grigoli (1990); Gianfaldoni (1997); Mathias (2004); Pascoal (2009); Mascarenhas (2009) e Galdino (2013) abordam várias possibilidades de atuação e melhorias relacionadas com o serviço de Orientação na universidade e a discussão sobre a necessidade de efetivá-la para atender a prática social tendo em vista a concretização da cidadania. Discute-se a importância da Orientação para atender as necessidades educativas de discentes, docentes e demais profissionais, além da orientação comunitária, para que se problematizem as questões da prática social na formação, levando-se em conta os elevados índices de evasão e condições de permanência na Universidade.

Destas leituras depreende-se uma proposta de trabalho conjunta e abrangente com os diversos profissionais: pedagogos(as), psicólogos(as), assistentes sociais e docentes para concretização de seu principal objetivo que é ajudar na formação integral. Nessa nova concepção de Orientação são ampliados os espaços de atuação deixando de ser estritamente centrada na dimensão pedagógica, para um sentido mais abrangente dentro e fora do espaço institucional.

Enfim, na perspectiva dos estudos levantados inferimos que a função Orientadora da Universidade precisa estar contextualizada nos aspectos político e social comprometida com o processo intencional, sistemático e organizado de promoção das capacidades e potencialidades humanas, de acordo com aspectos históricos, culturais do ambiente onde vive. Assim, podemos sintetizar a evolução do trabalho da Orientação com o passar do tempo: do ajustamento escolar e profissional, para ações partilhadas com diferentes profissionais na melhoria social, política e comunitária que, se funda em primeiro lugar com o desenvolvimento individual e a auto realização própria.

### **A FUNÇÃO ORIENTADORA DA UNIVERSIDADE E FATORES INTERVENIENTES QUE INFLUENCIAM NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO.**

Ao pontuarmos a institucionalização da função orientadora da Universidade objetivamos avaliar às ações que as instituições realizam e o seu propósito em executar suas atividades e, sua responsabilidade em acionar seus mecanismos de respostas à demanda das necessidades do cotidiano acadêmico de forma geral em vários aspectos que lhes são direcionados. Avaliamos que esta função se reveste na realização de diversas ações multifacetadas através de atividades concretizadas por docentes, coordenadores acadêmicos e chefes de departamento.

Quanto à função orientadora da universidade em relação aos serviços disponibilizados para que haja melhor desenvolvimento do ensino em situações específicas de determinada parcela de estudantes, assim como, maior efetivação de aprendizagem; ajuda para se preparar e revisar os exames e para superar as dificuldades encontradas na aprendizagem das matérias, os estudantes são orientados pelos professores e coordenadores que esclarecem dúvidas específicas de suas disciplinas, mas no geral recomendam que esses estudantes procurem freqüentar aulas de reforço e cursos de nivelamento.

Outra fonte de identificação da institucionalização da função orientadora da universidade está no Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PDI da universidade que institui metas para se efetivar uma política de acompanhamento

pedagógico e avaliação do processo de ensino aprendizagem. Nesta questão o PDI assinala que a Instituição vai aprimorar os mecanismos de orientação acadêmica para redução do tempo médio de formatura a período não superior a (25%) além do tempo regular sugerido para o curso. Porém, os altos índices quantitativos de retenção e o baixo índice de aprovação sinalizam que ainda não se conseguiu efetivar esta prática. Além destas estratégias, se faz menção à orientação de estudantes na Resolução 012/96 que regulariza para cada hora aula dos docentes uma hora para atendimento ao estudante. O Relatório Institucional de Trabalho Docente – RIT estabelece a definição de horário para atendimento ao estudante, com o horário específico além das aulas. Porém, segundo o estudo que realizamos acerca do assunto, estas ações não se encontram clarificadas na prática como função orientadora da universidade, mas como carga horária docente.

Em outra situação recorrente em que se insere a função orientadora da universidade é em relação ao funcionamento do curso e a organização dos processos acadêmicos para conhecer a organização e o funcionamento da faculdade e dos cursos, para configurar o itinerário acadêmico, no processo de matrículas de escolha de matéria optativa, especialização e formação complementar Essa orientação é feita pelos coordenadores de curso/chefes de departamentos que realizam estas ações, em cada início de período letivo, através de uma reunião geral com todos os estudantes, onde são disponibilizadas as informações sobre os procedimentos de funcionamento do curso e esclarecimentos de dúvidas quanto ao funcionamento do curso e possíveis dificuldades no período. É também neste evento que se distribui o manual do aluno.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI prevê a implementação de ações permanentes de orientação acadêmica. No âmbito geral operacional a Divisão de Orientação ao Aluno - PROEG/DOA promove atividades de atendimento ao estudante de forma presencial e através do manual do aluno que é distribuído anualmente aos calouros do curso.

No que diz respeito ao bem estar pessoal e emocional imbricados nos processos acadêmicos no decorrer da vida universitária, a função orientadora da universidade se efetiva através dos coordenadores de curso/chefes de departamentos

que atendem os estudantes na Coordenação de Curso e tentam resolver o problema específico de cada um. Dependendo da necessidade os estudantes são encaminhados para um profissional de Psicologia ou para a Assistência Social. Nos documentos oficiais não detectamos ações especificadas para orientar os estudantes nestes aspectos.

Não foram detectadas ações específicas na função orientadora da universidade para orientar os estudantes nos aspectos no âmbito documental e operacional em relação à obtenção de informações para prosseguir nos estudos pós-universitários e sobre o mercado de trabalho relacionado à atuação profissional; ofertas de emprego e onde obter informações neste sentido; esclarecimento maior em relação à pós-graduação e área de atuação do Curso. Os coordenadores de curso/chefes de departamentos informam que no atendimento desta questão no final do curso se realiza o Estágio Curricular Obrigatório em que o estudante é encaminhado pela Universidade no cumprimento das atividades práticas, logo em seus entendimentos, essa é a primeira oportunidade de se conseguir o primeiro emprego.

Nos serviços relacionados à assistência financeira para apoio ao estudo, por exemplo, bolsas de alimentação, transporte, permanência e residência estudantil, para obter informações sobre moradia universitária e informações sobre bolsas e crédito educativo a função orientadora da universidade pode ser vinculada à Coordenação de Curso ou na Coordenação Acadêmica, ou com a Assistência Social dependendo do caso e, se os estudantes fizerem procuração deste serviço. Quanto à orientação específica para este quesito não foi encontrado nos documentos nenhum direcionamento quanto à forma de sua realização.

A função orientadora da Universidade em relação ao atendimento especializado ao estudante no âmbito das políticas do Sistema Federal a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) determina que as Instituições incluam em seu Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PDI, ações direcionadas a melhorar a permanência e a diminuição da evasão, como parte avaliativa de desempenho. No artigo 3º, item IX do SINAES - Lei n.10.861/2004. Fazem-se menção as “Políticas de atendimento aos estudantes: análise das formas como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através

dos quais a Instituição de Ensino Superior busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.”, Sendo que nas Orientações Gerais para o Roteiro de Auto Avaliação das Instituições no item 4.9, estão os pontos relacionados a este aspecto no núcleo de temas optativos com os seguintes direcionamentos: (i) Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e “orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais”?[grifo nosso] (ii) Quais os aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante? Estas ações estão ligadas diretamente aos indicadores de sucesso acadêmico (Decisão nº 408/2002 – TCU) - TSG = número total de diplomados / número total de ingressantes, correspondente ao complemento do índice de evasão e o indicador de tempo médio de conclusão do curso que indica a retenção.

A explicação do Projeto Político Institucional - PPI da UFAM (2006-2022, p. 20) a este respeito é que sua política institucional da educação superior está em acordo em seus objetivos e metas e, estas, articuladas às finalidades mais amplas da educação brasileira condizentes com as diretrizes nacionais emanadas da União. Sendo assim, a em suas ações, conforme seu planejamento está em acordo com as diretrizes nacionais para atender na graduação, dentre outros aspectos, o que diz respeito à orientação de estudantes. Desta forma, conclui-se que a orientação ao estudante é mencionada nas diretrizes nacionais do ensino superior e também nos documentos da Instituição pesquisada, conforme foram elencados

Então, em síntese, destacamos que em alguns fatores relacionados ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem a função Orientadora da universidade em seus aspectos gerais está institucionalizada, mesmo que em algumas situações não fique bem delimitada e suas ações não sejam especificamente planejadas, mas estas ações são recebidas pelos estudantes por parte dos docentes, por parte dos coordenadores de curso, chefes de departamentos e centros acadêmicos.

Contudo, essas ações de orientação ainda estão frágeis, por deixarem de atender em sua totalidade a um modo específico de conduzir as ações educativas, não deixa claro sua intencionalidade em formar seres humanos auto realizados, preparados para conseguirem melhor retribuição à sua contribuição econômica, política e cultural, mas provavelmente pela sua falta, ou não de intencionalidade,

ousamos dizer que se continua contribuindo com a formação de seres humanos para o trabalho, submissos, dilacerados, com baixa autoestima, frágil brio, inseguros, fraca autonomia e baixa esperança de mudanças auto sustentadas.

Uma formação que ao longo dos anos se caracteriza descontextualizada dos atores e ambientes em que estão inseridos e que se destina a preparar pessoas artificiais para explorar e dominar outras pessoas artificiais. É o tipo de educação que ajuda a perpetuar o poder político, econômico e cultural de exploração que ai já está e, apresentam poucas, ou quase nada de contribuição para o atual momento de se repensar a Universidade, sua estrutura e seu papel social para fomentar mudanças efetivas e necessárias na instituição acadêmica neste contexto diferenciado.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto sobre a expansão do ensino superior e, sobre a necessidade de se ampliar medidas adequadas aos novos paradigmas face sua implicação quanto ao ingresso e permanência de estudantes que não tinham acesso a esse nível de ensino, avaliou-se a função orientadora da Universidade e suas ações para atender questões específicas, na promoção de mecanismos de inclusão diante as condições desfavoráveis dos estudantes no âmbito social e econômico. Nessa avaliação foi possível compreender que, apesar de algumas ações serem efetuadas, não estão vinculadas a um planejamento ou programa instituído como uma atividade específica desta área, contudo, as informações que se depreendem da oferta destas ações são importantes, pois mostram os fatores intervenientes que as originam e assumem papel relevante na vida acadêmica.

Cabe destacar que essa função orientadora da Universidade se reveste na realização de diversas ações multifacetadas através de atividades concretizadas por docentes, coordenadores acadêmicos e chefes de departamento, mas em grande parte por docentes, este fato ocorre devido os docentes exercerem a função orientadora no seu cotidiano, pois apesar de não receberem formação específica para executar mais esta tarefa, em sua rotina estão mais próximos dos estudantes no espaço de sala de aula, assim, além dos conteúdos ministrados em suas disciplinas, seguem auxiliando e orientando os discentes no esclarecimento de dúvidas e no enfrentamento dos problemas apresentados.

Contudo, convém enfatizar, a função orientadora da Universidade que propomos não se encaixa, no mais do mesmo, em concepções com fins pontuais, baseadas em métodos verticalizados da relação instituição/professor/estudante, não objetiva criar, nem ajustar pessoas subalternas, educadas a partir de métodos pré-estabelecidos, mas busca trabalhar, pedagogicamente, humanamente a pessoa e os grupos envolvidos em processos participativos que fomentem ações de aprendizado e investigações para o crescimento dos sujeitos envolvidos. Em fim, pessoas capazes de analisar criticamente sua realidade e propor o aperfeiçoamento de mecanismos que corroborem com o desenvolvimento da construção pessoal e coletiva para melhorias no meio que vive.

Concluído este estudo, temos a perspectivas de que as reflexões sobre a temática favoreçam novos estudos e proposições para a criação de mecanismos institucionais associados à função orientadora da Universidade no aporte de indicativos úteis para a gestão da melhoria do ensino superior que de fato desenvolvam e promovam capacidades e habilidades de liderança, soberania natural, auto sustentação, criatividade, iniciativa, auto responsabilidade, consciência de ser único e valioso, autonomia própria, valorização de saberes e fazeres ancestrais do contexto amazônico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, M. V.; PAULO, I.; ANDRADE, M.; LUCINDA, C. M.; SACAVINO, S.; AMORIM, V. Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as). 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GALDINO, Z. C. **A Orientação de Estudantes na UFAM de Humaitá: desafios e perspectivas na educação superior no interior do Amazonas.** 2013. 238p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Rondônia, RO, 2013.

GIANFALDONI, M.M.T.A. **Reflexões Sobre a Universidade: seu projeto na fala do aluno e do profissional.** Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1997. 253 p.

GOLDBERG, M. A. A. **Orientação e Universidade.** 1969. 150p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP, SP, 1969.



GRIGOLI, J.A.G. **A Sala de Aula na Universidade na Visão dos seus Alunos**: um estudo sobre a prática pedagógica na Universidade. Tese de Doutorado, PUC/SP, 1990. 232 p

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento *et al.* Efeitos da orientação e do apoio social aos estudantes do ensino superior sobre o rendimento acadêmico. **Revista EDUCAmazônia**, v. 11, n. 2, p. 300-310, jul./dez. 2020.

MATHIAS, M. O. J. M. **Alunos Ingressantes no Ensino Superior Noturno**: relações interpessoais na universidade. 2004. 238p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2004.

ORSO, Paulino José. A Criação da Universidade e o Projeto Burguês de Educação no Brasil. In: ORSO, Paulino José (org.). **Educação, Sociedade de Classes e Reformas Universitárias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

PASCOAL, Miriam. **O Orientador Educacional no Ensino Superior**: algumas reflexões. REI. V4 n.9. julho a dezembro. Alto Uruguai, 2009.

RIBEIRO M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 6. ed. Campinas, S P: Autores Associados, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Planejamento de Desenvolvimento Institucional- PDI 2006 – 2015**. Manaus – AM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização, Departamento de Interiorização. **Um Programa de Extensão do Sistema Público Federal de Educação Superior**. Manaus – AM, 2005

**Recebido: 20 de maio de 2025.**

**Aprovado: 25/05/2025**

**Publicado: 01 de julho de 2025.**

**Autoria:**

**Zilmar da Cunha Galdino**



Pedagoga com habilitação em Orientação e Supervisão Educacional; Especialista em Gestão de Projetos Educacionais; Mestra em Educação na área de Política e Gestão Educacional; Professora DE da Universidade Federal do Amazonas – FACED/UFAM. Instituição- Universidade Federal do Amazonas- FACED, Manaus

E-mail: [zilmargaldino@ufam.com.br](mailto:zilmargaldino@ufam.com.br)

País: Brasil

### **Suely A. do N. Mascarenhas**

Pedagoga UNIR, Brasil, 1987, Doutorado em Psicopedagogia, Universidade da Corunha, Espanha, 2004, Docente titular, Universidade Federal do Amazonas, atuando na graduação e pós-graduação.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira, IEAA, Humaitá, CEP 69800-000;

E-mail: [suelyanm@ufam.edu.br](mailto:suelyanm@ufam.edu.br)

País: Brasil